



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

DRIELLY FERREIRA DUARTE

**A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA
GENY FERREIRA COM À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ÊNFASE NA ATUAÇÃO
DOCENTE**

CAJAZEIRAS – PB

2013

DRIELLY FERREIRA DUARTE

**A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA
GENY FERREIRA COM À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ÊNFASE NA ATUAÇÃO
DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores- Campus de Cajazeiras/PB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Piedade Lino Videira.

**CAJAZEIRAS – PB
2013**





D186e Duarte, Drielly Ferreira.
A experiência da escola centro de educação especial integrada Geny Ferreira com a educação inclusiva: ênfase na atuação docente / Drielly Ferreira Duarte. - Cajazeiras, 2013.
59f.

Não Disponível em CD.
Monografia(Graduação em Pedagogia)- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2013
Contem Bibliografia e Apendices

1. Educação Inclusiva. 2. Educação especial integrada. 3. Formação docente- pessoas deficientes. I. Lino, Piedade Videira. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

DRIELLY FERREIRA DUARTE

**A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA
GENY FERREIRA COM À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ÊNFASE NA ATUAÇÃO
DOCENTE**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como pré-
requisito para a obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

DATA DE APROVAÇÃO: ____ / ____ / ____ /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Piedade Lino Videira
Presidenta da Banca/UFCG-CFP-UAE

Prof.^aMs. Belijane Marques Feitosa
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Prof.^aMs. Maria de Lurdes Campos
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Prof.^aMs. Nozângela Maria Rolim Dantas
Membro Suplente/UFCG-CFP-UAE

Ao meu Deus do impossível, à minha família pelo incondicional amor e apoio, aos meus mestres durante a jornada acadêmica, em especial a minha orientadora, as minhas amigas-irmãs por se fazerem presentes nos momentos mais difíceis, enfim, a todos mencionados dedico o meu amor, este trabalho, todo meu respeito e consideração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus do impossível que conhece meu coração e sonda meus pensamentos.

A Ele que em todos os instantes da minha vida teve e tem misericórdia de mim, tem me amado incondicionalmente, que nos momentos difíceis colheu minhas lágrimas, me estendeu sua mão poderosa e me ergueu.

A Ele que a cada dia não canso de me prostrar a seus pés e agradecer pelo dom da vida e por ter me escolhido e os meus para serem Dele.

Ao Senhor todo poderoso que me deu toda condição de concluir este Curso tão importante para mim e para minha família.

Ao Senhor rendo graças e louvores por tudo que és e tens feito por mim.

*Temos direitos a sermos iguais quando a
diferença nos inferioriza; temos o direito a
sermos diferentes quando a igualdade nos
descaracteriza.*

(Boaventura de Souza Santos, 1996)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa intitulado: A Experiência da Escola Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira com à Educação Inclusiva: com ênfase na atuação docente, tem como objetivo geral: Identificar e analisar as percepções, desafios e vivências de dois professores da rede filantrópica da cidade de Sousa-PB sobre o processo de inclusão escolar. E como objetivos específicos: identificar o processo de inclusão no contexto histórico e os aspectos legais que asseguram a educação inclusiva, conhecer a importância da formação inicial e continuada de professores na ótica inclusiva, por fim conhecer as concepções docente acerca da inclusão de deficientes em suas salas de aula na cidade de Sousa-PB. No que se refere à Metodologia, é de natureza qualitativa e segue princípios do estudo de caso. Para a coleta de dados utilizei a observação e entrevista com duas professoras da sala de "adaptação" e do segundo ano do Ensino Fundamental do Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, na cidade de Sousa - PB. Em relação aos resultados, a investigação revelou que as professoras participam de cursos de capacitação, mas não se sentem totalmente habilitadas para lidar com tantas diversidades. Pois a própria instituição e as políticas públicas de inclusão não oferecem apoio adequado a estas no tocante a estrutura física da escola e também no que tange a contratação de profissionais interdisciplinares para ajudar no desenvolvimento cognitivo e motor dos envolvidos. Mesmo assim, a instituição supera as expectativas de inclusão na região, possuindo credibilidade, aceitação e a população local têm esperança na ampliação da educação inclusiva em Sousa, apesar de nem todos os professores da referida escola abraçarem essa causa.

Palavras – chave: Pessoas com Deficiência. Formação docente. Processo educacional.

ABSTRACT

This research work entitled: The Experience of the School Center of Integrated Special Education Geny Ferreira with to the Inclusive Education: with emphasis in the educational performance, it has as objective identifies the inclusion process in the historical context and the legal aspects that you/they assure the inclusive education, to know the importance of the teachers' initial and continuous formation in the inclusive optics, finally to know the conceptions teacher concerning the inclusion of deficient in their classrooms in the city of Sousa-PB. In what it refers to the Methodology, it is of qualitative nature and it follows beginnings of the case study. For the collection of data I used the observation and interview with two teachers of the "adaptation" room and of the second year of the Fundamental Teaching of the Center of Integrated Special Education Geny Ferreira, in the city of Sousa - PB. In relation to the results, the investigation revealed that the teachers participate in training courses, but if they don't totally sit down qualified to work with so many diversities. Because the own institution and the public politics of inclusion don't offer appropriate support the these concerning physical structure of the school and also with respect to interdisciplinary professionals' recruiting to help in the development cognitive motor of those involved. Even so, the institution overcomes the inclusion expectations in the area, possessing credibility, acceptance and the local population has hope in the enlargement of the inclusive education in Sousa, in spite of nor all of the teachers of the referred school hug that cause.

Words - key: Deficient People. Educational Formation. Process Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 BREVE ABORDAGEM SOBRE O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.1 A Educação Inclusiva no contexto histórico.....	16
1.2 Aspectos legais da Educação Inclusiva.....	20
2 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	26
2.1 O papel do professor na Educação Inclusiva.....	28
2.2 A relevância da formação docente para o trabalho com a inclusão de pessoas com deficiência na escola.....	43
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5 REFERÊNCIAS.....	54
4 APÊNDICES	56
APÊNDICE A – Modelo de entrevista aplicada as professoras.....	57
APÊNDICE B – Modelo de entrevista aplicada as professoras.....	58

INTRODUÇÃO

O estudo¹ proposto intitulado A Experiência da Escola Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira com à Educação Inclusiva: com Ênfase na atuação Docente, despertou meu interesse devido à experiência que tive neste educandário, no ano de 2005 (dois mil e cinco) a 2009 (dois mil e nove). Na oportunidade pude observar, vivenciar e atuar nesta escola como professora do Ensino Fundamental I e me inquietar com o fato de não haver uma política educacional efetiva para a formação inicial de professores para trabalharem na Educação Inclusiva.

A inclusão é o tema mais recente na área de necessidades especiais, no Brasil e em muitos países. A inclusão aos poucos vem ganhando espaço e provocando a substituição da integração, condição que acaba sendo a provocadora da exclusão e da segregação de pessoas consideradas diferentes da maioria da população em qualquer sociedade.

Para SASSAKI (1997, p. 3), a inclusão pode ser conceituada como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas, se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui, então, um processo bilateral, no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Entretanto, na realidade, a inclusão efetiva de crianças com necessidades educativas especiais nas escolas de ensino regular ainda é escasso. Isso ocorre devido ao preconceito existente ainda na sociedade e por não existir escolas preparadas para fazer o atendimento devido às crianças com necessidades especiais. Outro fator importante é que existem escolas que recebem essa clientela pensando em favorecer a inserção das mesmas, mas estão na realidade camuflando essa situação por não possuírem profissionais capacitados, estrutura física e nem recursos didáticos necessários para que isso ocorra.

¹ Segui as determinações do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que visa atender às exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que, no Brasil, regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Seu principal objetivo é assegurar e preservar os direitos dos participantes de pesquisa.

Os/as próprios/as professores/as dizem não estar preparados e não terem recebido nenhum conhecimento específico na área de inclusão em suas formações iniciais.

Portanto, a proposta desta pesquisa tem como questão central saber quais são as concepções e as práticas de professoras em relação ao processo de inclusão. Dessa forma, a contribuição desse estudo será voltada para a reflexão e para provocar no âmbito educativo o debate e o diálogo sobre demandas insuficientes da área de inclusão no universo educacional.

A relação entre trabalho pedagógico inclusivo e sua formação inicial trata-se de um assunto que vem sendo discutido por vários teóricos, tais como Mantoan (2006- 2007); Santos (2007); Mazzota (2005); Reis (2006); entre outros, os quais apontam que está na essência humana o desejo de respeitar a limitação do próximo e que é possível fazer a diferença com relação a uma educação não excludente, mas na perspectiva de igualdade e da desmistificação de que essa prática não tem possibilidade de ser concretizada.

A inclusão de crianças deficientes na rede regular de ensino é considerada ainda uma questão problemática apesar de haver diversas leis relacionadas sobre esse assunto, entre elas o Artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil o qual assegura: "Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Com base em leituras e pesquisas na área de Educação Inclusiva, essa monografia tem como objetivo geral: Identificar e analisar as percepções, desafios e vivências de duas professoras da rede filantrópica da cidade de Sousa-PB sobre o processo de inclusão escolar e específicos: Identificar o processo de inclusão no contexto histórico e os aspectos legais que asseguram a Educação Inclusiva; Conhecer a importância da formação continuada na ótica inclusiva; Conhecer como duas professoras de uma escola filantrópica de ensino regular vivenciam o processo de inclusão.

O presente estudo caracteriza-se como um estudo qualitativo, pois atinge aspectos subjetivos, procurando entender a realidade e as vivências em relação às práticas e os entendimentos das professoras em relação ao tema proposto. Para Oliveira (2008, p. 37, 38), a pesquisa qualitativa se refere "[...] à necessidade de se

adentrar em estudos que permitam diagnosticar em profundidade a realidade a ser pesquisada. [...]”.

De certo, esse estudo está alicerçado na pesquisa de campo tendo como objetivo observar e compreender diferentes aspectos da realidade encontrada em uma escola de ensino regular na cidade de Sousa-PB, indo diretamente à fonte para ser realizada a coleta de dados, procurando conhecer claramente e dar sentido ao problema pesquisado. A esse respeito GIL (2007, p.53) enfatiza que: “No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”.

Vale ressaltar ainda que esta monografia seguiu alguns procedimentos pertinentes ao estudo de caso, não com a densidade que um estudo nessa área requer devido ao tempo exíguo que dispus para a realização deste estudo, e sim com o intuito de descrever as características do *lôcus* de pesquisa e interpretá-los analiticamente, sem a pretensão de intervir e nem modificar a realidade estudada (RUDIO, 1998).

Para a coleta de dados optei pela entrevista por ser um eficiente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisadora e entrevistadas e a obtenção de descrições detalhadas sobre o assunto pesquisado. Para a utilização de tal instrumento é preciso que a entrevistadora não interfira nas respostas das entrevistadas, limitando-se a ouvir e escrever a fala delas, e assim o fiz (OLIVEIRA, 2008). Considerei relevante ainda checar as informações que recebi em entrevista das professoras, mediante o uso da observação direta, Oliveira (2008, p.79) consisti “[...] na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos.” a fim de ampliar a minha possibilidade analítica do fenômeno em estudo.

Por fim, esta pesquisa teve a cooperação de duas professoras da rede regular de ensino, que são identificadas ao longo do texto com a denominação de **Professora A** com formação em Pedagogia e pós graduada em Psicopedagogia e **Professora B** com formação em Pedagogia e pós graduada em Educação de Jovens e Adultos. A escola *lôcus* de investigação foi fundada em 1990, é de cunho filantrópico. Em relação à manutenção da instituição, ocorre por meio de doações pela sociedade, bem como convênios municipal e governamental.

As turmas observadas, durante o período de uma semana, foi uma sala de “adaptação” exclusiva para pessoas com deficiência, a qual é composta de vinte deficientes e um segundo ano com vinte e cinco estudantes, sendo que duas pessoas possuem TDI (Transtorno Desintegrativo da Infância). E o critério de escolha que utilizei para decidir fazer esta pesquisa nesta instituição foi devido a experiência que tive na referida escola no período de 2005 (dois mil e cinco) a 2009 (dois mil e nove), onde pude observar, vivenciar e atuar na instituição como professora do Ensino Fundamental I.

No que tange a estrutura do trabalho, ele está subdividido da seguinte maneira: um capítulo teórico no qual faço uma Breve Abordagem sobre o Paradigma da Educação Inclusiva e discorro em duas subseções acerca da Educação Inclusiva no Contexto Histórico retratando brevemente o processo histórico da inclusão escolar e seus Aspectos Legais com ênfase na legislação sobre os direitos garantidos e previstos na lei e na formação de conceitos com base nos pensamentos de alguns autores que abordam sobre esse assunto.

No segundo capítulo abordo sobre A Experiência da Escola Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira com a educação inclusiva, e em duas subseções trato sobre a importância da formação continuada na ótica inclusiva, bem como a ausência de estudos mais aprofundados na área da Educação Inclusiva nos cursos de formação inicial de professores.

Por fim, anseio que este estudo contribua para que professores, após terem acesso a esta monografia comecem a ter consciência de que a inclusão é um direito que todos os brasileiros têm a educação de qualidade independente da necessidade e ou condição sócio – econômica, étnica e escolha sexual que possam ter.

1 BREVE ABORDAGEM SOBRE O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo, será apresentada Uma Breve Abordagem sobre o Paradigma da Educação Inclusiva, com o objetivo de compreender a inclusão no contexto histórico e conhecer os avanços conquistados pelos deficientes sob os aspectos legais com base na Declaração de Salamanca, na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A transmissão de conhecimentos desde os primórdios tem seu lugar de destaque no âmbito dos valores sociais. Na antiguidade, ainda no século VI antes de Cristo, Sócrates já debatia sobre o papel dos mestres e o valor do ensino dado pelos sofistas. O mesmo afirmava que o real conhecimento era algo impagável.

Atualmente, estudos referentes à educação reafirmam a importância do processo educativo para nossa sociedade. O pensamento de Brandão (2007, p. 10) sintetiza o processo histórico pelo qual passou a educação brasileira ao afirmar que:

[...] a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontestáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

Ao passo do método de sociabilização, a educação é realizada nos vários ambientes de convívio social, seja para o amoldamento do sujeito à sociedade ou ao grupo em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, educação coincide com as definições de socialização e endoculturação, mas não se abrevia a estes e nem exclusivamente as paredes que envolvem a escola, ainda conforme Brandão (2007, p. 9) "Não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez não seja o melhor".

A educação, muitas vezes, varia de acordo com a sociedade, com a cultura, com as crenças e com o modo de vida de cada grupo social, pois estes tem sua própria concepção sobre o que seja educação, adquiridas pela expressão da cultura, e por crenças passadas de geração a geração da mesma forma, ou com acréscimos de novas idealizações vivenciadas por situações do cotidiano.

Sendo assim, a educação vai sendo constituída e construída com base na necessidade que cada grupo têm, o que não significa que o mesmo modelo de

educação irá servir para toda sociedade, pois cada grupo social tem necessidades próprias. No entanto, o que todos esses grupos têm em comum em seus processos educativos é a finalidade de educar. Nesse sentido Brandão (2007, p. 11) afirma que “a educação participa do processo de produções e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades”.

Ainda segundo Brandão (2007), o processo de transformação de educação em ensino que surgiu a partir de interesses conflituosos em que o trabalho e o poder de um grupo definido são divididos, suscitando, assim, divisões sociais que trazem como uma de suas decorrências a divisão do saber, que dando sequência a essa lógica, passa a existir especialistas que se apropriam de determinadas áreas do conhecimento de grupos definidos e criam códigos específicos para repassá-los.

Por outro lado, as sociedades que passaram por esse processo de transformação em ensino perderam a ideia de identidade peculiar da educação, passando a garantir o poder para poucos, que adquiriram determinada educação, sobre o trabalho e vida dos outros membros da sociedade, legitimando as desigualdades.

Na área da Educação Escolar percebe-se que, desde quando a sociedade é percebida como um grupo organizado, o qual construiu uma certa identidade e história que vem conseguindo identificar formas de agir coletivamente na busca de desenvolver em crianças e jovens aptidões e conhecimentos que facilitem o convívio em grupo. Esses processos de formação social nos mais transformados tempos e espaços constituem uma prática universalmente conhecida como Educação. Assim, não se tem problemas em compreender o caráter da prática social da Educação, porém a identidade da Educação como campo de produção de conhecimento sistematizado merece receber maior atenção, ser melhor investigada e desenvolvida (BRANDÃO, 2007).

A equidade de oportunidades educacionais, direito ao conhecimento de todos os indivíduos, parece implicar a possibilidade de vivência em uma sociedade justa e também igualitária, cujas oportunidades sociais estariam sob o alcance de todos os sujeitos. A inclusão escolar, nesse contexto, implica na existência de uma sociedade também inclusiva, recusando-se absolutamente a existência de lutas de classes e

interesses contrários essenciais à estrutura do sistema capitalista. É declarado que as escolas comuns, com o pensamento voltado para a inclusão educacional, passem a representar "[...] o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos" (UNESCO, 1994, p. 10).

Dessa forma, o conceito de inclusão implica que as escolas devam ser ambientes inerentemente democráticos, munidos de recursos humanos, sociais e físicos para atender de maneira plena o indivíduo, capazes de integrá-lo na sociedade por vias educacionais de qualidade para todos. No entanto, em vias de fato, para conseguir sucesso nas mudanças sugeridas é preciso analisar as ocorrências históricas do processo inclusivo e entender os desafios que este campo de estudo apresenta.

1.1 A educação inclusiva no contexto histórico

A história das pessoas com deficiências revela que desde a antiguidade elas sofrem discriminação, marginalização e estranhamento por parte dos grupos sociais em que nasceram, devido aos aspectos culturais, religiosos, econômicos e científicos que perpassavam o modo de viver, pensar e agir de cada sociedade.

Segundo Aranha (1996), em Esparta, cidade grega, havia uma supervalorização em relação às atividades guerreiras, em detrimento a essa supervalorização, a educação era desenvolvida de forma rigorosa com vistas à formação militar, em que os cuidados com o corpo seguia uma política compreendida como uma ideia que visa o melhoramento da espécie humana a partir da seleção de características genéticas bem selecionadas. Diante desse ponto de vista da época, os pais eram advertidos a abandonar as crianças deficientes ou com pouca mobilidade. Além disso, procuravam fortalecer as mulheres para gerarem filhos robustos e saudáveis para servirem ao exército espartano.

Ainda segundo esse autor, na Roma Antiga, as crianças deformes eram asfixiadas, pois eram consideradas fora dos padrões de "perfeição" e débeis. Já na Antiguidade Clássica as crianças com algum tipo de deficiência eram simplesmente

abandonadas ou mortas ao nascer. Na Idade Média o deficiente deixa de ser assassinado ao nascer, mas passa a ser associado ao pecado, além de ter a sua pessoa atrelada ao misticismo² e ao ocultismo³.

No período da Reforma Protestante, segundo o mesmo autor, consideravam os deficientes como sujeitos ligados diretamente ao Satanás. Essa visão sobrenatural começa a ser desfeita já no Renascimento, em meados do século XIX, onde nesse período passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas e as causas da deficiência passam a ser consideradas sob ponto de vista médico, como doença e de caráter hereditário com males físicos e mentais.

Conforme Mazzota (2005), no Brasil, a Educação Especial foi influenciada por experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX, mas a incorporação da Educação Especial, na política educacional brasileira, ocorreu somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX e foi marcada por dois períodos. No primeiro período, que vai de 1854 a 1956, o atendimento especial às pessoas com deficiência teve como marco o decreto de D. Pedro II, que fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o “Instituto dos Meninos Cegos”, na atualidade denomina-se “Instituto Benjamim Constant”. Todavia essa e outras escolas especiais voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência, fundadas no período do Império, não preparavam os deficientes para a inserção social.

Na década de 30 e 40 a proliferação de Instituições de deficientes visuais e mentais foi maior, sendo de caráter religioso e filantrópico, mas as pessoas que tinham essas necessidades que frequentavam essas Instituições eram impedidas de exercerem seus direitos e deveres em sociedade. O número de acolhimentos nessas escolas especiais eram maiores que na rede pública e até a atualidade ainda predomina este tipo de segregação.

Surge em 1939, fundada pela educadora Helena Antipoff, a pioneira no país em tratar de Educação Especial, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, sendo que em 1971 houve a união da Sociedade Pestalozzi, passando a se chamar Federação

² Misticismo está relacionado às comunicações entre os homens e seres sobrenaturais.

³ Ocultismo está relacionado aos fenômenos supostamente sobrenaturais.

Nacional das Sociedades Pestalozzi do Brasil. Nesse mesmo período foram criados núcleos de reabilitação e clínicas privadas desenvolvidas tecnicamente.

No segundo período, que vai de 1957 a 1993 houveram várias iniciativas oficiais no âmbito nacional, sendo esse período marcado por campanhas voltadas para o atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais, chamados à época de excepcionais. Essas campanhas ocorreram a nível nacional através do Governo Federal.

Diante das dificuldades da Educação Especial, em 1971, um grupo no Ministério de Educação e Cultura propôs a criação de um órgão que continuasse a organização dessa área. Assim, surgiu em 1973 a Educação Especial CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), com o objetivo de aperfeiçoar os atendimentos as pessoas com deficiências do país, alcançando todos os níveis escolares, e referia-se a deficiências visuais, mentais, auditivas, físicas, múltiplas, "superdotados" e estudantes com problemas de conduta.

É necessário elucidar que houve um tempo em que se entendia que esses estudantes não eram capazes de acompanhar a escola comum, de serem introduzidos num mundo social, cultural e científico a não ser por motivos muito específicos e fora dessa escola. Perante essa situação a escola especial foi criada para substituir a escola comum no atendimento a educandos com deficiência. Como reforça Chaves (1997, p. 30), as classes especiais "não surgiram por razões humanitárias, mas porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular".

Ressalta Mazzota (2005) que na década de 80, com a redemocratização da política do país, a política educacional brasileira tentou universalizar à chance de acesso a escola pública. Com a democratização do ensino, o modelo médico, clínico e terapêutico adotado para pessoas com necessidades passa para uma abordagem social e cultural valorizando a diversidade na aprendizagem. Ressalta-se que apesar de esforços, políticos e de leis, a História da Educação Especial no Brasil é lenta no tocante a aceitação e valorização de pessoas com necessidades especiais.

Na linha de fatos, ideias e documentos que descreveram, e ainda estão a definir o quadro de atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais não pode deixar de ser citada a nova Constituição do Brasil de 1988, como um dos

documentos mais avançados no tema a nível internacional. No entanto a realidade concreta do país está muito aquém das máximas educacionais sonhadas e desejadas pela Constituição Federal, em seu Capítulo II, Art. 205, Inciso IV: “A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, a Lei é um caminho que serve de orientação para a concretização da realidade. E o que tem sido estimulado, nos últimos anos, pela Política Nacional de Educação Especial é a viabilidade de maiores possibilidades e adesão social e profissional em favor dos deficientes mentais e demais pessoas com necessidades educativas especiais.

Atualmente, a educação inclusiva é pautada pela atuação formativa escolar que trabalha às diferenças do alunado, visando o acesso da pessoa com necessidades educativas especiais ao conhecimento formal. Ressaltando a necessidade da escola trabalhar com diferentes graus de potencial intelectual, a qual, poderá desencadear o desenvolvimento global do educando. Considerando que a inteligência é algo inerente ao ser humano, esta clientela poderá ir muito além do saber ler, escrever e contar. Esta evolução vem a ser a superação do caráter assistencialista de proteção e marginalização dessas pessoas que perpassou toda a história da educação especial em nosso país.

Acredita-se na superação cada vez maior das limitações e no progresso desse alunado enquanto pessoas, que poder-se-á trazer a eles e elas uma maior participação social elevando-os a categoria de cidadãos, mas todavia, essa atitude não os torna isentos de suas limitações que podem ter sido causadas por fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Em certas ocasiões, a Educação Inclusiva pode mobilizar metodologias “especiais”, diferenciadas, mas seja qual for o alunado, o objetivo da relação educacional deveria ser o mesmo: levar os educandos a elaborar uma consciência crítica do mundo em que vive, partindo da leitura e da escrita que são os principais instrumentos de ascensão de conhecimento socialmente valorizado. Conforme Freire, (1992, p.75) referindo-se ao educador nesse processo diz:

O educador preocupado com o problema do analfabetismo dirigiu-se sempre às massas que alguns supunham “fora da história”. O educador, a serviço da libertação do homem, dirigiu-se sempre às massas mais oprimidas, acreditou em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica.

O sistema educacional gradativamente vem passando por uma redemocratização do ensino, onde transcorre por progressos e atrasos, buscando equacionar uma relação complexa que é a de garantir indistintamente escola de qualidade para todos.

A respeito do movimento pela inclusão Fonseca (apud in STOBÁUS E MOSQUERA, 2004) afirma que:

O direito a igualdade de oportunidades educacionais é o resultado da luta histórica das “militantes”, dos direitos humanos, luta que implica pela obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidade de ensino para todas as crianças quer seja deficiente ou não.

1.2 Aspectos legais da educação inclusiva

A necessidade de descobrir o que está inerente à ideia de Educação Inclusiva torna-se pertinente, a fim de transformar as escolas brasileiras em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças físicas, emocionais, sociais e culturais e atendam às necessidades educacionais de cada educando, bem como elaborar de forma precisa os princípios básicos da legislação sobre o ensino em vigor.

A “Declaração de Salamanca” (1994) é um dos documentos mais bem elaborados sobre a inclusão na educação. Seus textos comprovam que a educação inclusiva não está apenas direcionada aos deficientes, mas, sim, a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais em caráter provisório, intermitente ou imutável. O conteúdo do documento supracitado comunga com a filosofia da inclusão, na medida em que a inclusão não admite exceções, ou seja, todas as pessoas devem ser integradas, sendo que toda criança tem direito fundamental de estudar em:

[...] escolas regulares que passam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, apud MEC, 1994).

A “Declaração de Salamanca, Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais” de 1994, tem em relação à legislação até então em vigor no nosso país, uma visão mais ampla daquilo que entende por “escola para todos”. Entende que a escola enquanto promotora da inclusão deve se preocupar com a integração e inclusão de crianças deficientes na escola regular, mas deve igualmente alargar o âmbito desta inclusão a todas as outras crianças.

A escola deve se preparar para trabalhar com a diversidade, em que todos tenham direitos e deveres, em que os indivíduos sejam valorizados e vistos como seres com suas particularidades capazes de estar e fazer uma sociedade diferente, com o objetivo único: o conhecimento, pois a escola é uma instituição que é considerada o alicerce para esse desenvolvimento. Para Fonseca (apud in STOBÁUS E MOSQUERA, 2004),

[...] a escola assume-se como uma instituição social anti-discriminatória na qual todos os estudantes, com ou sem problemas, integrados ou marginalizados, são acolhidos, na qual a exclusão é igual a zero, na qual todos podem se considerar proprietários dum sentimento comunitário profundo que é a inclusão total de todas as crianças na escola independente da sua diversidade biossocial.

Para que haja uma nova formação de ideias sobre educação e sociedade, se faz por vontade pública e é imprescindível que o sistema educacional assuma essa vontade. Para que haja as transformações nos modelos de relação dentro da escola é, também, necessário que os profissionais envolvidos tomem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva, onde os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva.

A inclusão escolar como se pode ver, não é simplesmente um fato, é um processo. Como todo processo tem suas etapas e devem ser avaliadas, com responsabilidade e com olhos críticos, para a qualificação do mesmo, reestruturação

das escolas como um todo, para assegurar que todos os estudantes possam ter acesso a toda gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. A inclusão representa uma atitude pertinente, tendo em vista, que a escola e a sociedade devem aprender a conviver com as diferenças, celebrando e respeitando às diversidades existentes.

A Educação Inclusiva trata-se, portanto de um conceito que propõe um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum com estudantes sem deficiência e com educandos que apresentam necessidades educativas especiais. Conceito que reforça o que diz a Declaração de Salamanca (1994, p.11):

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer um conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

A Constituição Brasileira assegura o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Além disso, selecionam como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inciso I), acrescentando que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Art.208).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (Art. 58 e seguinte), “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns

do ensino regular” (Art. 59,§2º). Trata-se de um atendimento que é indispensavelmente diferenciado do ensino escolar e que é indicado para melhor suprir as necessidades e atender as especificidades dos estudantes com deficiência. Deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar (básico e fundamental), de preferência nas escolas comuns da rede regular. Esse atendimento funciona em moldes idênticos a outros cursos que complementam os conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico, esse atendimento é garantido pela Constituição Federal.

O pensamento confuso desse preceito tem levado a conclusão de que é possível a mudança do ensino regular pelo inclusivo. A explanação a ser adotada deve analisar que essa substituição não pode ser admitida em qualquer conjectura, independentemente da idade da pessoa. Isso deriva do fato de que toda a legislação ordinária tem que estar em conformidade com a Constituição Federal.

A Constituição define o que é educação, não admitindo o oferecimento de Ensino Fundamental em local que não seja a escola (Art. 206, inciso I).

Assim a inclusão beneficia a todos, e a escola deve ser o primeiro espaço para promover aceitação das diferenças, deve ser vista como um espaço de todos e para todos. Espaço que venha a permitir criticar, pesquisar, refletir; que se adapte aos anseios de seus estudantes, instigando-os a cada momento a criar e construir seus próprios significados. De acordo com a visão de Mantoan (2006, p. 41-42), devem ocorrer mudanças nas escolas, como:

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.

Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.

Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência.

Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Sabendo-se que, também, cabe a cada um tentar mudar essa realidade, onde todos são responsáveis, tendo que reconhecer que a inclusão é um grande valor atribuído a nós mesmos, e não um procedimento ou método lançado pela mídia.

Em pleno século XXI era das transformações, o mundo vive em acentuadas crises de paradigmas, metamorfoses tecidas pelas teias sociais.

Neste cenário contemporâneo a quebra de alguns paradigmas precisa acontecer, o mundo deve ser visto por outros olhos; surge a necessidade de mudanças educacionais e romper algumas barreiras da educação, ou seja, que possa agir na necessidade de incluir, abrir as portas da escola e da sociedade para este processo social que já é irreversível.

A Educação Inclusiva, na prática enfrenta numerosos desafios, e em muitos momentos apenas se está inserindo pessoas no meio social e não incluindo de forma participativa, os estudantes com necessidades especiais não conseguem acompanhar o ritmo da sala de aula, e ficam apenas como alunos ouvintes e não participativos da educação, e a onde estaria igualdade de ensino? De direitos? E oportunidades igualitárias?. Para um processo de igualdade os profissionais devem manter atenção constante no "novo" para assim possibilitar a construção do crescimento, e atender melhor os deficientes de educação especial.

Para Mantoan (2001, p. 125-126) a necessidade e o direito da inclusão incondicional de todos os estudantes nas escolas comuns são possíveis e reais:

É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares do Brasil e do exterior, que aceitaram o desafio de tornarem-se verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas teorias educacionais pós-modernas, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário educacional, neste início do século [...]. É certo que os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabemos que a maioria dos alunos que fracassam na escola são crianças que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele!

Face ao exposto, a escola deve incorporar a diversidade, sem nenhum tipo de distinção. E para tanto, necessita se preparar na medida em que deve se capacitar

para receber o novo, o diferente, deve romper paradigmas e para rompê-los é necessário não apenas integrar, mas incluir de verdade. A deficiência não é exclusividade apenas dos deficientes, mas está em nós, pois tanto as nossas instituições são deficientes a cada falta de condições de receber as pessoas diferentes, uma vez que para eles nós também somos diferentes e essas diferenças se encontram na falta de condições físicas e emocionais para receberem as pessoas com deficiência; pois a inclusão implica total mudança e modernização em nossas mentes e escolas.

Nessa perspectiva, uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais.

Dentro do aspecto inclusivo há um conjunto de valores e atitudes que precisam ser revistos e discutidos, entre eles destaca-se o papel do professor. O professor é considerado o principal recurso para a instrução dos estudantes com necessidades especiais, demanda que impõe um empenho constante para aprimorar sua competência, para ampliar suas habilidades didáticas e enfrentar os desafios frente a poucos recursos que possibilite uma educação inclusiva que vise qualidade e aprendizagem significativa. São esses pontos supracitados que serão abordados no capítulo seguinte.

2 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA COM À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola *locus* deste trabalho é denominada de Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, conhecida popularmente por CEEIGEF, implantada no ano de 1999. A instituição está situada na Rua Raimundo Braga Rolim, nº22, no Bairro de periferia Dr. Zezé, Sousa-PB, atende mais de mil e duzentas crianças do Ensino Infantil ao Fundamental II, sendo de cunho filantrópico, recebe doações da sociedade, mas infelizmente não são suficientes para atender a demanda da instituição, por isso, a gestão do educandário faz campanhas voltadas à arrecadação de recursos financeiros e ainda conta com poucos recursos que recebe do convênio firmado com o governo municipal e da parceria que possui com o governo do Estado.

Esse Centro de Educação foi fundado em 04 de março de 1990 pelo casal Geny Ferreira e Aloysio Rodrigues de Sousa, denominada na época da fundação de Saci Pererê, atendendo a crianças advindas de bairros circunvizinhos, nos cursos do pré-escolar e 1º ano (antiga alfabetização). A referida escola era de cunho particular.

Em 1992 a Sra. Geny Ferreira, encontrava-se a frente dos trabalhos; tendo em vista que o Sr. Aloysio Rodrigues de Sousa, que até então era tido como diretor da escola, havia se afastado da família e conseqüentemente da escola.

O educandário em sua fundação atendia apenas as crianças ditas "normais", e em 1993 foi implantada a educação inclusiva na escola. Devido ao atendimento as crianças com algum tipo de deficiência a nomenclatura da escola foi alterada passando a ser Escola Especial de 1º Grau Saci Pererê. Em 1996, passou a atender o ensino infantil e o ensino fundamental inclusivo.

Por via de conseqüências, no dia 09 de março de 1999, houve a necessidade de mudar a razão social da escola, e a partir desta data, ela passou a se chamar Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira. A ideia de mudar a razão social da escola foi do professor Júlio César Campos Ferreira, quando há época achou viável homenagear a idealizadora e precursora do trabalho com pessoas com necessidades educativas especiais/inclusão na região – a idealizadora criou, portanto, a sigla que é conhecida popularmente na cidade e região de CEEIGEF.

O CEEIGEF é autorizado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, resolução nº 173, de 23 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial em 25 de outubro de 2001, Seção I, julgado pelo processo nº 4006.000239/2000-13.

O CEEIGEF atualmente possui um prédio sede e mais quatro casas denominadas de “complexo”, sendo que a sede é adaptada aos estudantes com deficiência física, já os “complexos” não são adaptados, considerando que pelo menos em cada sala de aula há um deficiente, possuindo uma sala chamada de “adaptação” com vinte estudantes com algum tipo de deficiência, onde o trabalho com esses estudantes dá-se de forma específica, dependendo da necessidade de cada um.

Além disso, a escola supracitada possui vinte e quatro salas de aula, sendo que seis são climatizadas, quatorze banheiros, uma biblioteca/secretaria, um laboratório de informática, uma sala de fisioterapia, uma brinquedoteca, uma recepção, três almoxarifados e uma cozinha. Não possui refeitório, os estudantes lancham dentro da sala de aula. Para a realização de atividade física, os estudantes são deslocados a quadra de esportes localizada no Campus Federal da cidade de Sousa-PB e também não possui auditório na escola.

As deficiências que acometem os estudantes dessa instituição são: deficiência visual, auditiva, múltiplas, dislexia, mental, física com pouca ou nenhuma mobilidade, down, autista, pessoas com transtorno e déficit de aprendizagem, transtorno e déficit de aprendizagem e hiperatividade e transtorno desintegrativo infantil. Estudantes que possuem algumas dessas necessidades específicas são deslocados para uma sala chamada de sala de “adaptação” a fim de passarem pelo período de atendimento prévio até o momento que vão estudar com os ditos “normais”.

A escola observada respira educação inclusiva e tem como filosofia **EDUCAÇÃO + SOCIALIZAÇÃO = INCLUSÃO**, visto que o principal objetivo é de incluir e fazer com que os estudantes com algum tipo de deficiência tenha uma educação pautada na igualdade, no respeito mútuo e com aprendizagem significativa, desde aprender a abotoar um botão, até estudos mais complexos, visa também a integração desse sujeito na sociedade.

Não foi possível ter acesso ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, mas a instituição pertence à Geny Ferreira, que prefere ser intitulada como dona da escola, em que a mesma possui apenas o Fundamental I completo. O diretor da escola é o filho de sua idealizadora de nome Nureyev Ferreira e a vice diretora é a filha de Geny Ferreira, senhora Natacha Ferreira, ambos formados em áreas do conhecimento de Biologia e Serviço Social respectivamente.

A vivência que tive dentro da escola me permite dizer que ela é regida a “mão de ferro” pela dona, característica que se reflete positivamente na organização da instituição bem como na limpeza e ambiente desta, que é aconchegante apesar do pouco espaço que a mesma possui. A falta de espaço é um dos maiores problemas enfrentados pela instituição que atende um grande número de estudantes.

Anualmente no mês de agosto, a escola reserva oito dias para a comemoração da “Semana da Pessoa com Deficiência”. Neste período são promovidas gincanas, palestras, festas com fins lucrativos e oficinas, todos abordando o tema central que é a inclusão de deficientes nas escolas e em sociedade. Professores, estudantes e comunidade escolar se engajam nessa empreitada para que o evento seja memorável. Os familiares dos estudantes com e sem deficiência e a comunidade em geral, durante o evento, são imbuídos nessa luta aguerrida pela escola inclusiva.

2.1 O papel do professor na educação inclusiva

Abordarei nesta subseção a importância da formação continuada na ótica inclusiva, bem como a ausência de estudos mais aprofundados na área da Educação Inclusiva nos cursos de formação inicial de professores. Além disso, discorrerei sobre as concepções, a prática e as vivências em sala de aula de duas professoras da escola *locus* desta investigação.

Atualmente é imposto ao docente um papel de mediador de várias culturas sem sobrepor nenhuma delas. Este profissional deve favorecer uma boa convivência e integração em sala de aula, e deve atuar como um organizador de uma vida pública e intelectual que não se limita a transmitir saberes, e sim seja agente que luta pela mudança e que coloca na primeira linha, práticas reflexivas que, em muito,

contribuem para o real desenvolvimento da sua atuação como profissional da educação.

O trabalho do educador é um trabalho indispensável dentro da área educacional que apresenta características únicas, visto que é um trabalho cujo produto não se separa do ato da obra, acompanha todos os momentos da vida. É através do professor que acontece a mediação, onde suas relações produzirão resultados significativos para a aprendizagem.

As adequadas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores devem ser benéficas a todos estudantes, quer sejam ou não pessoas com necessidades educativas especiais, pois todos eles têm pontos fracos que necessitam de ser trabalhados, além disso como afirma Mantoan (2006, p.48),

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

É um fator enriquecedor da dinâmica das escolas e dos professores criar ambientes e estratégias que facilitem a aprendizagem de todos os educandos independentemente das suas diferenças.

Dessa forma, a observação *in loco* que realizei em duas salas de aula da escola CEEIGEF foram imprescindíveis para eu observar se na realidade as respostas proferidas pelas entrevistas são pertinentes a sua práxis em sala de aula.

A pesquisa revelou que tanto a **Professora A**, quanto a **Professora B** iniciaram sua carreira docente dentro de um ambiente que propicia uma educação que inclui os deficientes e que aparentam realizar um trabalho com muito esmero e responsabilidade. A **Professora A**, possui dois discentes com TDI (Transtorno Desintegrativo da Infância) e a **Professora B**, por lecionar na sala de "adaptação", trabalha somente com estudantes com deficiências diversas como já mencionado. E felizmente conta com a ajuda de duas professoras auxiliares, mas de fato no que condiz com as entrevistas feitas as professoras, percebi algumas divergências de opiniões entre as mesmas com relação a preparação da escola para atender

crianças com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão e com a aceitação por todos os profissionais da escola em adesão ao processo de inclusão, onde a **Professora B** acredita estar preparada e a **Professora A** não se senti preparada.

Sendo assim, o papel do professor na inclusão, segundo a literatura da área, deve ser de rever sua prática, pois a inclusão é a oportunidade que estes têm de melhorar suas ações como educadores e de colaborar um com o outro, como afirma Mantoan (2006, p. 49), “Ensinar significa atender às diferenças dos alunos [...], de se abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa [...]”.

Com base no pensamento de Mantoan (2006), perguntei às professoras se, com quantos e quais tipos de necessidades elas atuam na escola e elas responderam que:

[...] dois alunos com TDI (Transtorno Desintegrativo da Infância). (PROFESSORA A).

[...] por ser uma sala de adaptação, atendo as pessoas com as seguintes deficiências: Síndrome de Down, autismo, auditiva, visual, TDAH, TDAH, TDH e TDI. (PROFESSORA B).

É obvio que não é fácil trabalhar o paradigma da inclusão nas escolas, mas não é impossível. De acordo com as observações que fiz, pude perceber uma relação de afetividade, companheirismo e tratamento diferenciado com relação a didática que deve estar de acordo com às necessidades específicas dos estudantes. Ainda pode ser visto que não são tratados como “coitadinhos”, as conversas, as brincadeiras e o tratamento humanizado são iguais para todos.

No que se refere aos recursos didáticos utilizados por elas para possibilitar e facilitar a aprendizagem significativa estudantil em âmbito escolar. As entrevistadas responderam que utilizam:

Todos possíveis. Desde uma figura ao concreto. (PROFESSORA A).

Atendendo as necessidades de cada um. (PROFESSORA B).

E quanto ao relacionamento as professoras disseram:

Isso é o mais incrível. Sabem fazer amizades, se respeitam com muita naturalidade. (PROFESSORA A)

Normal, há uma ajuda mútua. (PROFESSORA B)

A **Professora A** percebe a importância da socialização no processo de inclusão, deixando claro que os materiais didáticos que estão ao seu alcance são utilizados, porém durante as observações feitas não vi a utilização de nenhum tipo de material didático a não ser o próprio livro didático, no entanto foi abordada essa questão durante a observação e como resposta ela informou que:

Os assuntos trabalhados nesta semana não há necessidade da utilização de materiais didáticos complementares. (PROFESSORA A)

A **Professora B**, sob o mesmo ponto de vista, mencionou que adequa sua prática pedagógica a necessidade que todos os alunos possuem, utilizando o concreto como globo terrestre e fósforos, em momentos observados em sala para viabilizar a aprendizagem. A esse respeito Mantoan (2006, p. 49) menciona que: "O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. [...]" e foi compreendido também que ela vê com normalidade entre a convivência de todos os estudantes e que há condição existente de um ao outro de se ajudarem.

Durante a observação feita na sala de aula da **Professora B**, foi evidenciado a utilização do material concreto durante algumas aulas.

Em um dado momento foi abordado o assunto sobre O Dia Mundial da Água, a referida levou para sala de aula um globo terrestre e fez com que seus alunos se situassem no espaço e da quantidade de água existente na Terra, trouxe também um texto informativo de acordo com a compreensão deles sobre a água, as utilizações, bem como a importância de economizar. Finalizaram com uma pintura representativa do globo terrestre. (DIÁRIO DE CAMPO, 22/03)

Pude perceber a participação de todos os estudantes sobre a questão abordada e vi que eles acharam interessante o conhecimento do globo, alguns demonstraram surpresa aparentando nunca ter visto uma representação do globo terrestre. Em outro momento considerado importante durante as observações na sala da **Professora B** foi a utilização do fósforo no auxílio à coordenação motora dos estudantes deficientes. No desenvolvimento da atividade pode ser vista a grande dificuldade que eles têm de coordenação motora.

*A atividade realizada era para colocar palitos de fósforos sobre linhas de desenhos representando uma casa e uma pessoa. Diante do desafio a **Professora B** juntamente com suas auxiliares mostraram-se pacientes e passaram segurança aos estudantes, sempre elogiando e parabenizando a cada palito colocado de forma correta (DIÁRIO DE CAMPO, 22/03).*

Esforços foram evidenciados para que em vários aspectos de necessidades físicas, mentais e sociais os discentes deficientes estivessem situados no mundo que os cerca e de suas responsabilidades como pessoas.

Cobra-se muitas inovações na prática dos educadores, mas para ser coerente com as demais inovações propostas, a avaliação do desenvolvimento dos estudantes também precisa mudar. O processo de avaliação que é coerente com uma educação inclusiva acompanha o percurso de cada estudante, a evolução de suas competências e conhecimentos.

Para MANTOAN (2007, p.54) a avaliação precisa ser realizada a partir do uso de vários:

[...] instrumentos que podem ser utilizados para avaliar, de modo dinâmico, os caminhos da aprendizagem, como: registros e anotações diárias do professor, os chamados *portfólios* e demais arquivos de atividades dos alunos e os diários de classe, em que são colecionados dados, impressões significativas sobre o cotidiano do ensino e da aprendizagem. As provas também constituem opções de avaliação desejáveis, desde que haja o objetivo de analisar, junto aos alunos e os seus pais, os sucessos e as dificuldades escolares.

Perguntei as professoras, sujeito deste estudo, como elas avaliam seus educandos e se realizam avaliação diferenciada para atendê-los em suas especificidades. Elas responderam que,

Não, mas informalmente disse não estar preparada para trabalhar com esse novo transtorno (TDI) que seus alunos deficientes possuem, mas que nos anos anteriores fazia conforme o tipo de deficiência, pois já adquiriu uma certa experiência (PROFESSORA A).

Sim (PROFESSORA B).

Vale ressaltar que durante a conversa que tive em entrevista com a **Professora B**, ela não quis falar sobre os procedimentos que utiliza para avaliar seus educandos. Apenas revelou que a cada ano tem uma metodologia diferente, dependendo da deficiência de cada estudante e que ainda está estudando o processo de como será feita essa avaliação diferenciada. A fala da professora está em consonância com Mantoan (2007), pois uma única forma de avaliar evidencia uma prática ultrapassada e os instrumentos são diversos para que possibilite tal diferenciação.

É importante ressaltar o conteúdo das respostas, apesar da **Professora A** ter duas pessoas com deficiência em sua sala de aula, não faz uma avaliação diferenciada para os mesmos. Os estudantes da **Professora A** possuem um transtorno chamado de Transtorno Desintegrativo da Infância e em conversas informais durante a observação realizada, a educadora relata que não faz uma avaliação diferenciada por ter pouca informação na área e ser também uma novidade para o conhecimento dos professores na escola campo também. Contudo conforme o tempo passa os estudos na área de deficiência avançam e se descobre novos transtornos, fazendo-se necessário que os professores realizem um estudo aprofundado na área para assim verificar a melhor forma de atender a essa e outras necessidades que por ventura surgirem.

Uma política que venha garantir que seja atribuído ao professor o que verdadeiramente se almeja de avanço na educação brasileira, é visto como único efeito de situar o professor em face a um ideal que assume mais a importância de

um “fardo” a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Esse caso é naturalmente verificável através das inúmeras queixas formuladas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus discentes.

A postura do professor diante das dificuldades de seus estudantes com necessidades educativas especiais necessita de mudanças, porque não está sendo fácil trabalhar com nenhuma modalidade de ensino e quando relacionada a estes estudantes a situação se complica cada vez mais, o professor precisa de um estudo permanente. Diante dessa inevitável realidade para a profissão docente, é necessário que nas escolas de ensino regular sejam introduzidos conhecimentos científicos e pedagógicos que auxiliem e preparem o professor para o trabalho com a diversidade do público escolar.

Em relação ao exposto, as entrevistadas, apresentaram uma opinião similar com relação ao suporte que recebem da direção e da coordenação pedagógica da escola que as ajuda a potencializar seu trabalho como professoras em sala de aula, subsidiando-as com recursos didáticos e humanos e também prestando-lhes acompanhamento em seus trabalhos docente. Vide depoimentos abaixo.

Orientando sobre os recursos didáticos e a melhor forma de utilizar materiais didáticos, como jogos de incentivo a leitura, contagem e a escrita (PROFESSORA A).

Subsidiando com recursos didáticos, humanos, teóricos e acompanhando o trabalho desenvolvido em sala (PROFESSORA B).

A fala das **Professoras A e B** comungam com a observação que realizei em suas salas de aula, que revelou existir de fato o acompanhamento docente feito pela coordenação e direção, os quais sugerem as professoras em pleno exercício em sala de aula algum suporte para que enriqueçam suas atividades formativas. Considero relevante mencionar também que as professoras demonstraram-se seguras em sua práxis, mesmo com a condição de estarem sendo observadas por esta pesquisadora.

Somente a direção e coordenação não são suficientes para suprir as necessidades que a inclusão requer para que a assistência aos estudantes com

necessidades educativas especiais de fato se viabilize. De acordo com o "Documento Subsidiário à Política de Inclusão" uma escola que trabalha a inclusão deve constar de uma equipe interdisciplinar que poderá ser constituída por profissionais da educação especial, pedagogia como psicopedagogos, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, bem como profissionais que atuam como conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde, e outros conforme o contexto de cada comunidade.

Ainda em relação a esse documento, para a concretização das ações da equipe interdisciplinar de apoio a inclusão cabe

- a. Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação e saúde às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais;
- b. Desenvolver estratégias de parceria entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não-governamental;
- c. Realizar visitas domiciliares para auxiliar no acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino;
- d. Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno com necessidades educativas especiais, favorecendo a interlocução dos segmentos da comunidade escolar;
- e. Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família (Documento subsidiário à política de inclusão, 2005, p.47)

Em conformidade com o texto acima, as professoras foram questionadas em relação à especialistas, se referindo a uma equipe interdisciplinar para o auxílio, suporte ao professor e de como seria realizado esses trabalhos. As duas concordaram em não haver esse suporte efetivo, evidenciado nas respostas que seguem,

Nem sempre. Aqui na nossa escola temos dificuldades por causa da filantropia, o poder público não oferece esses especialistas. Que seria de grande importância na orientação de como melhorar a aprendizagem desses alunos e lhe dar com esse problema.
(PROFESSORA A)

Infelizmente ainda não tem, mas quando precisamos buscamos sempre ajuda. (**PROFESSORA B**)

Com relação às respostas a esses questionamentos, evidencia-se o desejo e a necessidade das professoras em querer esse apoio dos especialistas e declaram o descaso do governo em relação ao trabalho com estudantes deficientes.

Ainda sobre este assunto, problemas de inadequação do espaço físico e o grande número de estudantes nas salas de aula são prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho da instituição, conforme revelaram as **Professoras A e B** respectivamente.

[...] acessibilidade [...].

[...] a grande quantidade de alunos que muitas vezes impede de dar maior assistência ao incluso.

Ficando evidente que as escolas inclusivas não acontecem dentro do imediatismo, como pude perceber na escola observada. Apesar da instituição há vinte anos trabalhar com a educação inclusiva é notório vários problemas em seu espaço físico, por exemplo, apenas o prédio sede possui acessibilidade, porém nem todas as salas são amplas, já as demais casas chamadas de “complexo” não possui rampas, portas alargadas e banheiros adaptados para tal dessa forma as escolas de modo geral vão se delineando mediante um longo processo de transformações culturais, sociais e também físicas, pois as necessidades surgiram a partir da diversidade dos indivíduos colocados no ambiente escolar e esse processo é longínquo e necessita de apoio externo como de governantes para que se concretize o desejado.

No entanto, de acordo com a Lei nº 10.098/00, toda escola deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendam à diversidade humana. Foi divulgado também recentemente o Decreto nº 5.296:2004 que “estabelece normas gerais critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]”.

Durante as observações, no que diz respeito a estrutura física da escola, apresenta salas muito pequenas para a quantidade de alunos, bem como sem

acessibilidade. As casas alugadas para a escola não tem estrutura de escola, mas foram readaptadas para que os estudantes se familiarizem com o ambiente escolar, deixando o olhar de casa para um olhar de escola. Os banheiros não são adaptados para cadeirantes.

A prioridade que a dona da escola e diretores dão aos cadeirantes é de formar as turmas desses no prédio sede, pois neste espaço esses sujeitos tem acesso a portas alargadas e banheiros adaptados com canos de suporte na parede e cadeiras específicas para o vaso sanitário e banho se existir necessidade.

A implementação da escola inclusiva significa efetivar o direito de todos os estudantes à escolarização nas escolas de ensino regular e organizar essa educação no que diz respeito a uma proposta pedagógica que disponibiliza recursos, serviços, e realiza o atendimento educacional especializado na própria escola atuando como suporte no processo de escolarização das pessoas com deficiência.

As escolas que são realmente abertas às diferenças estão capacitadas para fazerem a diferença de ensinar a todos no mesmo contexto. A esse respeito Mantoan (2006, p.45) nos diz que:

[...] Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar. São contextos educacionais em que todos os alunos tem possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Perguntei as **Professoras A e B** se elas consideram a escola preparada para atender as crianças deficientes dentro da perspectiva da inclusão. E elas disseram que:

*Não. Porque a escola ainda vê a inclusão como um problema. A inclusão precisa ser aceita por cada um que compõe a escola. Ai sim estas estarão preparadas para incluir (**PROFESSORA A**).*

*Sim, porém a cada ano há um novo desafio e novas estruturas devem ser reparadas conforme a lei e por não ter mais capacitações dos professores e mais apoio do governo (**PROFESSORA B**).*

É considerado, portanto que a **Professora A** assume a falta de preparo e aceitação por parte de alguns professores, para que a inclusão aconteça de forma efetiva na escola. Em meio às observações a **Professora A** confessou a falta de paciência de algumas professoras, na referida escola, em trabalhar a educação inclusiva, bem como a existência de salas superlotadas com 35 estudantes e também a dificuldade de se trabalhar com deficientes em sala de aula. Face ao exposto as professoras dizem que infelizmente não conseguem dar assistência à esses estudantes.

Fica evidenciado que nestas salas de aula os estudantes são meramente integrados no processo, mas não são incluídos, pois não estão recebendo uma educação que propicie a aprendizagem significativa destes. Segundo Mantoan (2006, p.19),

[...] O mote da inclusão (...) é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Visto que uma educação que inclua deve incorporar atitudes de aceitação da diversidade humana, atitudes essas que carecem em muitos dos educadores, pois inclusão é um processo que requer comprometimento e aceitação, não havendo isso, a inclusão fica distante da realidade que tanto se almeja. Não é uma visão distante de que é possível fazer uma educação que realmente inclua, mas é uma realidade irreversível que dia após dia, essa toma dimensões no universo educacional, sendo assim se faz necessário que os educadores abracem essa causa.

Porém abraçar a causa de fato não dependerá exclusivamente dos professores, pois quando um é consciente de suas limitações em avançar no processo da inclusão, outro acredita que esta está acontecendo no que se refere à escola quando a **Professora B** considera a escola preparada, entretanto, ela se contradiz quando se refere a necessidade de ajustes já mencionados de acessibilidade na estrutura física da escola para estar em conformidade com a lei,

apoio do governo e no que diz respeito à falta de preparo dos professores. Diante do exposto percebe-se que a escola não está ainda totalmente preparada para o processo inclusivo, e sim está caminhando para que esse processo seja o ideal. Trata-se de problemas apontados, mas se tornam impotentes por não ter a condição de partir deles, os sujeitos da escola pesquisada, a solução desses problemas.

Nesse sentido, Bueno (2001, p. 15) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à educação de professores:

Formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e as minorias; formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas especiais.

Diante do que foi explanado, um dos principais meios para solucionar os desafios da escola atual é a aposta na formação inicial e o ajustamento teórico sucessivo de professores. Para além da formação contínua, deve ser disponibilizado tempo para que os professores se entre ajudem e explorem aspectos a sua prática pedagógica num clima saudável, evolutivo e reflexivo da pedagogia praticada nas suas escolas e, mais particularmente, nas suas aulas.

Com o objetivo de saber a opinião das professoras, perguntei-lhes sobre o que a escola precisa melhorar, a curto e médio prazo, para atender aos estudantes com deficiência e para construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

Precisa ter mais confiança, acreditar que possibilidades existem, vê cada necessidade com compromisso de educar, promover a aprendizagem mesmo que isso lhe custe um tempo a mais, um esforço, desde que esse sentimento venha do seu coração (PROFESSORA A).

O espaço físico, pois a escola tem uma estrutura pequena para comportar mais de mil e duzentos alunos, tendo o prédio sede e mais quatro casas alugadas, sem estrutura escolar. E a curto prazo, capacitar os professores (PROFESSORA B).

Sobre esse assunto, em comum acordo as duas professoras se referem aos professores: a autoestima, a disponibilidade de tempo para estudar meios para a prática de ensino, bem como a capacitação dos mesmos. Desse modo, tanto a formação continuada como a disponibilidade de tempo são muito importantes e pertinentes, pois ajudam os docentes a identificarem e partilharem os sucessos e os insucessos da prática pedagógica. Ajudando-os a melhorar as suas ações futuras tanto no trabalho a desenvolver com os estudantes sem necessidades educativas especiais como com os discentes com necessidades educativas especiais (SANTOS, 2007).

Certamente se houver de fato uma mudança no modo de se organizar pedagogicamente o processo escolar para todos os estudantes, a inclusão foi, é e será bem sucedida. Onde não houver essas mudanças, mas apenas o acesso de estudantes com deficiências e/ou dificuldades de aprender, a inclusão não acontece.

Portanto, a inclusão ajuda a promover a valorização do ser humano, o estímulo ao instinto de ajudar, de querer bem ao próximo, de acreditar na esperança de que a educação significativa a todos pode acontecer, do respeito à diversidade e a dizer não ao preconceito. Seguindo esse pensamento, Mantoan (2006, p.36) ressalta o benefício que a inclusão favorece a escola:

Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos.

Sob o ponto de vista mencionado anteriormente, as professoras foram solicitadas a responder sobre os benefícios que a inclusão propicia a escola. As **Professoras A e B** disseram respectivamente:

Acredito que o maior benefício é ver uma criança cega ou surda ou com outra deficiência desenvolvendo aprendizado que recebeu na escola. Ou seja, lendo Braille, em LIBRAS, etc.

Que a inclusão propicia o respeito, a socialização, não ao preconceito, a integração e o amor ao próximo sem diferenças.

A **Professora A** vê como ponto chave para a inclusão a aprendizagem significativa, ou seja, vê os frutos do ensino inclusivo em que todos da mesma forma adquiram o aprendizado almejado. De acordo com Mantoan (2007, p. 55): “Certamente um professor que engendra e participa da caminhada do saber de seus alunos [...], consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocará construção do conhecimento com maior adequação”.

De acordo com o ponto de vista da **Professora B**, implica na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, acrescentando a flexibilização ou adequação das formas de pensar.

A inclusão representa de maneira pertinente e obrigatória a todas as pessoas com deficiência, e as escolas têm que estar preparadas e capacitadas para aceitar os diferentes, que tenham profissionais capacitados para enfrentar este desafio unindo-se num mesmo objetivo família, escola e sociedade. Surge como uma condição possível a todo ser humano que vive limitado, uma educação pautada num novo olhar investigativo e perceptível, alicerçada em princípios de equidade das pessoas com deficiência e para além das manifestações externas, uma educação que conduza a valorização e, sobretudo o seu potencial interno quanto sujeito.

Assim a inclusão envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo, assegurando que todos os estudantes possam ter acesso a toda e qualquer gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidos pela escola.

Na opinião de Mantoan (2006, p. 48):

As escolas alimentam a falsa ideia de que pode organizar turmas homogêneas. É sem dúvida, a heterogeneidade que dinamiza os grupos, dando-lhes vigor, funcionalidade e garantindo o sucesso

escolar. Temos de entender que as turmas escolares são e sempre serão desiguais, queiramos ou não.

A fim de provocar reflexões com as docentes acerca desse tema, perguntei-lhes se elas acreditam que a inclusão seja a forma adequada de atender aos estudantes com deficiências. E elas mencionaram que,

Sim. Desde que esse aluno seja visto com igualdade, tendo os mesmos direitos que os outros recebendo ensinamentos conforme sua necessidade o possibilite [...] (PROFESSORA A).

Sim, uma escola adaptada, com material didático específico para cada necessidade e professores que amem o que fazem, com constantes capacitações (PROFESSORA B).

As duas professoras partícipes da entrevista responderam claramente que acreditam numa educação que inclua, mas sem utopia, pois demonstram em suas falas não apenas acreditar que a inclusão é possível, mas que tem que haver estruturas nas escolas para que ela seja concretizada. A vivência que tive em suas salas de aula, faz com que eu diga com certa propriedade sobre a realidade das docentes, que existe a necessidade urgente de reformas e reestruturação das políticas voltadas para a inclusão precisar sair do papel.

Na prática os professores que atuam com a perspectiva da inclusão almejam condições que sejam favoráveis para realizar esta educação tão divulgada, que não venham apenas integrar pessoas com deficiência e deixá-los a margem das suas reais necessidades como também de seus direitos que são garantidos por lei, e sim para que as escolas encarem de fato a realidade de incluir e que esses estudantes com deficiência sejam capazes de ressignificar suas próprias vidas pelas portas de uma escola inclusiva.

São necessários longos e firmes passos para que realmente o professor faça de fato uma educação que inclua, ferramentas sempre se renovam e surgem, mas como dizia Piaget, (apud TMLINSON, 2008, p.59), "A realidade dolorosa da Pedagogia, assim como da Medicina e outros ramos do conhecimento que abrigam ao mesmo tempo em si arte e ciência, é o fato de os melhores métodos também serem os mais difíceis'.

Face a essas novas mudanças que perpassam o tempo, a cada dia a necessidade de preparação de professores desde a formação inicial até a continuada, vem como avalanche no mundo contemporâneo. Visto que, a maioria das reclamações dos professores em relação a efetivação da educação inclusiva é a falta de preparo destes desde a formação inicial até a formação continuada na área.

Dessa forma, os professores se sentem impotentes diante do que lhes é imposto em realidade na sala de aula. Na próxima subseção será abordada a importância da formação docente na prática inclusiva bem como o caráter preciso na ação de formação de professores e a falta de uma política inclusiva nos cursos de formação de professores.

2.2 A relevância da formação docente para o trabalho com a inclusão de pessoas com deficiência na escola

Historicamente falar em formação do professor é apontar para seu desenvolvimento profissional a partir de uma concepção de ser humano que organiza formal e sistematicamente, na perspectiva de uma apropriação de conteúdos, valores e normas interligadas a aspectos psicossociais do ser humano e não da fragmentação de teorias desvinculadas do real.

Diante da prática reflexiva o futuro docente percorre em direção a uma formação continuada, tratada por Freire (1996, p.43) como permanente “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”. Isso reforça a especificidade do profissional, fazendo da reflexão crítica e do estudo continuado, instrumentos de sua carreira desde sua preparação profissional a vivência pedagógica permeado por todo o processo da práxis educativa.

As reformas educacionais e o retorno à diversidade das necessidades educacionais dos alunos brasileiros demandam novas competências em termos de formação docente. Na atualidade todos os países têm ações dirigidas à formação e atualização de professores, porém estudos mostram, em sua maioria, ainda serem

escassas as transformações nas práticas de ensino que podem ser consideradas significativas assim como não houve melhoria complacente na qualidade da aprendizagem para a maioria dos estudantes.

Tais razões podem elucidar a situação, bem como, o fato de que as ações de formação tendem a ter caráter preciso, acontecem em períodos muito curtos, não atende as necessidades dos docentes e, na maioria das vezes, está desvinculada das práticas educacionais em escolas reais. Isto significa que a formação docente ainda é refletida como um processo 'externo' ao trabalho dos professores e não se fundamenta na recuperação ou análise da prática pedagógica dos estudantes.

É fato que, em sua maioria, os professores formaram-se e continuam sendo formados fundamentados em uma perspectiva tradicional homogeneizadora da ação docente centrada na transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentados entre si, os quais tem uma forte tendência a não apresentar importância social tanto para a escola como para o estudante, sendo assim a formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa educar.

Uma das características peculiares mais demonstradas como provável impedimento para a inclusão efetiva de crianças com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino é a ausência de preparo dos professores e a falta de uma formação baseada nos pressupostos da educação inclusiva, formação esta pautada por uma educação fragmentada que vem norteadada pela sua formação acadêmica.

Observações feitas na sala de aula evidenciam a importância da formação continuada no processo de construção identitária de um professor inclusivo, bem como leituras de livros e revistas, palestras e cursos de capacitações que abordam os temas relacionados a deficiência. Já que em conversas informais durante as observações, as professoras confidenciaram-me a não preparação das mesmas na formação inicial, pois sentiam-se "totalmente despreparadas" se fossem trabalhar a inclusão com base nos estudos feitos em seu curso de formação.

Outro ponto de reflexão sobre o assunto é a biblioteca da escola investigada, a qual possui um acervo de livros que aborda as deficiências atendidas pela instituição, e face a esse constato um questionamento surge. Será que os professores de forma individualizada terão condições de se auto informar sobre inclusão?

Estudos evidenciam que isso não ocorre e que cabe aos cursos superiores na área de educação, bem como as formações continuadas na área, suprir e instigar os futuros e já docentes o desejo de investigar, conhecer, descobrir e praticar uma educação que realmente trate a inclusão.

Na discussão sobre a formação docente na perspectiva da inclusão, em seus estudos Santos (2007, p.37) afirma que:

Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de "consagrar" uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva.

Dessa forma, o curso de Pedagogia carece rever a sua biografia na formação de professores, já que não consegue incorporar a grade do curso o mínimo da diversidade humana, e sobre o que trata essa monografia, a educação especial.

É indispensável que o curso de Pedagogia adote de maneira mais sólida a formação inicial de professores para a Educação Inclusiva, e dessa forma, restaure o seu débito histórico em relação à educação das pessoas com deficiência, que ao longo da história foi colocada de lado. Na visão de (SANTOS, apud BUENO, 2002, p. 56):

No que tange à uma política de formação docente, estamos longe de alcançar níveis de qualidade mínimos para a consecução de uma Educação Inclusiva, não por genérica falta de condições, mas por falta de vontade política, tanto por parte dos órgãos governamentais como pelas Instituições de Formação, em especial as Universidades.

O que fica cada vez mais evidente, é que não se pode investir apenas no acréscimo quantitativo do atendimento às pessoas com deficiência, a qualidade desse atendimento é fundamental para não se excluir na inclusão. E o professor como um dos agentes desse processo, precisa estar consciente do seu papel social e político, que deve ter início desde a sua formação.

Durante o processo de investigação na escola filantrópica *lócus* deste estudo, aproveitei o momento para dialogar com as professoras sobre assuntos referentes à problemática pesquisada, por isso, a entrevista foi reveladora sobre se as professoras se consideram preparadas para desenvolver um trabalho pedagógico inclusivo. E elas responderam.

Acho que preparada ninguém nunca está, porque sempre aparece um novo desafio para enfrentar. E daí começa uma nova batalha em busca de melhor atender essas necessidades (PROFESSORA A).

Na verdade nós nunca estamos preparadas, devemos sempre buscar, porque a cada dia é uma nova descoberta (PROFESSORA B).

Todos necessitam estar preparados, especialmente o professor em sala de aula, mas nunca acomodados, porque senão não conseguem realizar uma educação que inclua. Diante das repostas dadas pelas professoras, cada vez mais comprova-se a necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial, quanto a formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e demais profissionais da educação.

É certo que a inclusão escolar traz em si um novo paradigma de educação. Sendo assim torna-se indispensável que a formação dos professores também seja direcionada nesse ponto de vista. Todavia elas se encaixam no novo perfil quando se referem a buscar instruções para as novas descobertas e os novos desafios que surgem, pois se espera que o professor seja capaz de incluir e exercitar a diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras. Deve, portanto, aprimorar conhecimentos sobre como melhor lidar com as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, dentre outros) de cada

estudante, a fim de planejar aulas que levem em conta tais informações e necessidades.

Sendo assim, a formação docente que visa favorecer o professor de uma consciência maior sobre o processo de inclusão, deve ter como uma de suas colunas o pressuposto de que a escola é um espaço no qual todos têm capacidade de aprender. Uns de maneira mais particular do que outros. Mantoan (2006, p. 30), aponta para a “necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações em seu currículo, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”.

Certamente, os/as acadêmicos/as de Pedagogia não deveriam sair da graduação sem estarem preparadas sobre a Educação Inclusiva, é evidente a falta de empenho dos responsáveis pelas instituições de formação de professores no que concerne a esta questão. Parece que há um certo comodismo no tocante à realidade educacional do momento, como se a inclusão fosse uma disciplina como qualquer outra, e os profissionais não necessitassem de nenhum tipo de conhecimento em relação aos princípios que norteiam a Educação Inclusiva. Contrário a essa situação, Rodrigues (2006, p.38) salienta que o importante na formação docente é: “Conhecer as diferenças sim, mas para promover a inclusão e não para justificar a segregação. Conhecer as diferenças mais comuns que são certamente as mais numerosas”.

A formação dos professores também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada do educador e para o avanço desta importante reforma educacional. O “despreparo dos professores” figura entre os desafios mais alegados para educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola.

Sob o ponto de vista curricular, Mantoan (2006, p. 30) assinala para a “necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações em seu currículo, de modo que os futuros professores discutam práticas de ensino adequadas às diferenças”, visto que, escassos são os cursos de licenciatura, e, dentre eles o de Pedagogia, que oferecem disciplinas, conteúdos e

referenciais voltados para uma educação para a diversidade, que contemple também as pessoas com necessidades especiais.

A reestruturação na política educacional de formação de professores, nos cursos de Pedagogia, na perspectiva inclusiva virá fortalecer a transformação para a construção de uma sociedade mais humana, conforme ressalta Reis (2006, p. 100).

Ademais, é necessário e urgente,

[...] dar maior atenção à elaboração de um currículo interdisciplinar centrado na formação geral para a cidadania crítica participativa e na formação ética. Implementar projetos voltados para a formação de professores para a inclusão escolar, desmistificando a ideia de que a inclusão escolar é uma prática difícil de ser concretizada no ensino regular.

Para a realização das alterações indispensáveis não se pode correr o risco de limitar-se a oferecer uma disciplina com conteúdos sobre crianças com necessidades especiais, sem maior reflexão e aprofundamento acerca das potencialidades e individualidades humanas, pois, desta forma, pode-se acabar ajudando a manutenção de práticas segregacionistas, nutrindo a ideia de que inclusão refere-se apenas ao aluno com deficiência.

Tais pensamentos evidenciam que as alterações na formação de professores carecem proporcionar uma preparação que acolha assuntos teóricos, práticos e metodológicos capazes de efetivar a inclusão escolar. Tendo em vista que esse novo paradigma de educação traz a valorização das diferenças, sendo preciso respeitar o indivíduo como um ser único, princípio que impulsiona os professores a abolição de toda forma de homogeneidade em suas práticas.

Nesse aspecto, a formação acadêmica dos docentes, como reforça Reis (2006, p. 48),

[...] deve preparar o professor para o convívio com o outro, para ensinar o outro e para aprender com o outro, respeitadas as suas características sociais, biológicas e cognitivas, o que faz que cada um de nós, sejamos diferente dos outros. Esta é a essência humana.

Sob essa ótica, é essencial que se invista, verdadeiramente, na formação do professor, no sentido de ajudá-lo a desmistificar conceitos e preconceitos, tornando-o mais consciente, crítico, participativo e comprometido com a construção de uma sociedade mais democrática.

Vale salientar que a formação inicial é um importante momento na formação docente, pois é nesse período que o futuro professor tem a possibilidade de se familiarizar com conhecimentos de situações que possivelmente enfrenta ou enfrentará no seu fazer pedagógico. Entretanto, somente essa formação não será suficiente para o desenvolvimento de competências que garantam o sucesso de uma prática pedagógica que contemple princípios inclusivos. Tais competências para uma educação inclusiva só poderão ser adquiridas por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva.

Diante do exposto, as professoras entrevistadas foram questionadas no tocante a qualificação profissional, se participam ou já participaram de cursos de formação continuada dentro da área da inclusão e por meio de qual instituição. E elas responderam:

Sempre participo dessa formação, pois é muito importante a troca de experiências vividas, para inovar o compromisso que temos com a educação inclusiva. Esses cursos são oferecidos por especialistas nas áreas de surdez, cegueira, altas habilidades intelectuais, deficiência física, e outros (PROFESSORA A).

Sim, pela FUNAD (PROFESSORA B).

É imprescindível ressaltar a importância das professoras não estarem acomodadas com relação ao investimento em si próprias no que tange a aquisição de conhecimentos na área de inclusão, pois a formação do professor é um processo contínuo. A **Professora A** é bem enfática no que concerne as “trocas de experiências” que o momento da formação proporciona, dessa forma é

desencadeado um processo coletivo que se busca conhecer os vários caminhos para uma educação que inclua.

Nesse caso, vale ressaltar que o professor é um agente essencial no processo de inclusão. Porém, ele carece ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva. Para tanto, faz-se necessário, conforme aborda a Declaração de Salamanca (1994, p. 27) “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas”.

Sendo indispensável, portanto, investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir dela, seria possível a abertura de espaços de reflexão e escuta sistemática de reflexão entre o grupo institucional e grupos interdisciplinares, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com o corpo docente.

Para tanto, o professor precisa sustentar sua função de produzir as amarras de sustentação, em ampliação a sua função pedagógica, e para isso necessita de apoio de uma equipe de profissionais, visto que o professor sozinho não irá promover a diferença em suas práticas pedagógicas, em suas atitudes comportamentais e da forma de pensar sobre a inclusão.

Ainda a esse respeito perguntei as **Professoras A e B** sobre a última formação na área de inclusão que elas tiveram acesso. E elas responderam, indicando a participação no evento abaixo.

*Em novembro de 2012 participei do VI Seminário de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em João Pessoa-PB (**PROFESSORA A e B**).*

Pude perceber que recentemente as professoras entrevistadas receberam uma capacitação voltada aos aspectos que delineiam a inclusão. Em diálogos realizados com elas durante as observações que realizei em suas salas de aula, perguntei a **Professora A** se a última capacitação trouxe-lhe benefício na área da inclusão que tenha refletido em sua práxis e a mesma respondeu que:

Estou mais situada sobre os direitos à diversidade daqueles que são diferentes em formas de aprender e construir conhecimento e isso me possibilitou um olhar diferente.

Já a **Professora B**, elogiou o seminário e acrescentou que,

Quase tudo é válido diante da necessidade de buscar uma formação para estarmos atualizadas diante da inovação da inclusão.

Mediante a conversa com a **Professora B** ainda sobre o referido assunto ela confessou que:

Muitos cursos são só para embromar e lançar certificados, pois a palestra tinha um tema central, mas o discurso foi totalmente diferente do esperado.

Podendo perceber que o “quase” que a **Professora B** retratou refere-se a falta de preparo de alguns profissionais na área de inclusão, que passam a ministrar cursos, palestras, seminários, dentre outros, sem o compromisso de se auto analisar como preparados para tal função. Perante o exposto, fica claro que a efetuação de uma educação inclusiva implica em uma mudança de postura de todos os envolvidos no processo educacional.

Portanto, o teor das informações acima descritas evidencia mais uma preocupação no tocante a formação dos professores, pessoas que dizem ser profissionais acabam por dificultar o acesso ao saber inclusivo e em muitos casos interferem de forma errônea na prática de alguns professores que não conseguem discernir o que de fato deve ou não ser feito.

Inclusão é um processo sério, complexo, mas não menos importante. É possível quando se inicia dentro de cada ser, na medida que ela é compreendida, que não são as limitações, as diferenças ou deficiências que nos conferem a humanidade, mas sim a única e exclusiva condição de sermos seres humanos capazes de incluir, amar e assumir que o outro tem direitos iguais a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar e analisar as percepções, desafios e vivências de duas professoras da rede filantrópica da cidade de Sousa-PB sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula regulares. O estudo revelou que as formas de trabalhar a inclusão estão em processo e que não dependerá apenas dos professores envolvidos, visto que as políticas públicas de Educação Inclusiva estão a passos lentos em sua efetivação nas escolas brasileiras a exemplo da cidade de Sousa. Vale ressaltar também que a inadequação da estrutura física da escola, assim como a falta de cursos superiores que formem profissionais capazes de lidar com inúmeras deficiências no campo da inclusão ainda é um problema a ser resolvido.

Percebi ainda que a mudança no campo da Educação Inclusiva deverá partir da necessidade de incluir de forma efetiva as pessoas com deficiência, pois o sistema educacional do momento inclui/excluindo, ou seja, deixam a desejar no âmbito de profissionais habilitados, bem como profissionais interdisciplinares para que a inclusão realmente aconteça.

Mesmo a educação inclusiva apresentando os desafios sobreditos a serem superados, percebi que mesmo a escola não sendo um modelo ideal há uma realidade inclusiva, buscando compreender e perceber as diferenças para inserir todos os estudantes dentro do processo educativo inclusivo, tem sua relevância na cidade de Sousa/PB.

O estudo revelou ainda, a relevância da formação e da formação continuada docente como exigência para que se mantenham atualizados com relação ao processo de inclusão bem como conheçam as leis, a prática e o surgimento de novos transtornos que com frequência são descobertos, para que assim apesar dos desafios que enfrentam possam não estar alheios a realidade que os cercam.

Senti na pele, na época, como educadora desta instituição a sensação de impotência de por algumas vezes não conseguir atingir o objetivo de atender a todos os estudantes com suas deficiências, limitações, com diversidades culturais,

sociais e étnicas que adentravam nas salas de aula, visto que era uma realidade presente em todo corpo docente, e este estudo despertou meu interesse devido à experiência que tive neste educandário, sendo que isso ainda hoje me motiva a trabalhar e estudar mais sobre a área Educação Inclusiva.

Assim, para que seja concretizado esta inclusão é imprescindível que as pessoas envolvidas no processo persistam, aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações centradas nos princípios constitucionais de equidade, igualdade e respeito as limitações do outro. Só deste modo, a educação inclusiva deixará de ser mera formalização, um aspecto garantido pela legislação e por documentos educacionais como ainda é vista por muitos e passará a ser cada vez mais real nas escolas brasileiras e na sociedade.

Portanto, anseio que este estudo possa contribuir para o entendimento do processo inclusivo e desvelamento das dificuldades e dos desafios dos professores no cotidiano inclusivo. Alertando as pessoas em geral, para a necessidade de efetivar as políticas públicas de inclusão, desenvolver o trabalho pedagógico contextualizado e adequado a realidade social dos deficientes, bem como a necessidade das instituições de formação de professores, especificamente os cursos de Pedagogia, ampliem a formação dos professores na perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª Ed. São Paulo. Moderna, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federal do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL, **LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Texto na íntegra Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Editora Saraiva.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**/Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 2007, Coleção Primeiros Passos; 20.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores**: generalistas ou especialistas? Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 09/03/2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em: 10/03/2013.

STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. M. M. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, M. (2001). **A Escola e a Diferenciação Pedagógica**: Dois estudos de Caso no 1º ciclo. Dissertação de Mestrado não publicada.

HEACOX, D. (2006). **Diferenciação Curricular na Sala de Aula**. Como efetuar alterações curriculares para todos os alunos. Coleção Estratégias Educativas. Porto: Porto Editora.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2001.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**/Marcos José Silveira Mazzota – 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Descubra, 2006.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva**. In: *inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. David Rodrigues (org.). – São Paulo: Summus, 2006. p. 300-317.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’**. Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan/jun, 2002.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997.

TOMLINSON, C., A. (2008). **Diferenciação Pedagógica e Diversidade**. Ensino de alunos em Turmas com Diferentes Níveis de Capacidade. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Termo Livre de Consentimento para as professoras
participes da pesquisa

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: O desafio do professor na escola inclusiva

Pesquisadora responsável: Drielly Ferreira Duarte

Eu _____, residente na _____, fui informado (a) que este projeto trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que tem como objetivo geral: Identificar e analisar as percepções, desafios e vivências de dois professores da rede filantrópica da cidade de Sousa-PB sobre o processo de inclusão escolar. E como objetivos específicos: Identificar a inclusão no contexto histórico e os aspectos legais na educação inclusiva; Conhecer a importância da formação continuada na ótica inclusiva; Conhecer como duas professoras de uma escola filantrópica de ensino regular vivencia o processo de inclusão.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa (para as participes desta) tive assegurados os meus direitos de obter resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa. Tive assegurado também o direito de retirar o meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, bem como, a não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade e meu anonimato. Os resultados da pesquisa só serão utilizados para fins científicos. Caso deseje, eu posso procurar esclarecimentos junto à pesquisadora.

Após obter as informações necessárias sobre o projeto de pesquisa, declaro estar ciente do conteúdo deste Termo e desejar participar do projeto/ou autorizar que participe da pesquisa.

Cajazeiras – PB, ____ de _____ de _____.

Nome do sujeito/ou do responsável:

Assinatura:

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – Modelo de entrevista aplicada as professoras

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. PERFIL E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Sexo:

Religião:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de docência:

II. SOCIALIZAÇÃO E OCORRÊNCIA DA INCLUSÃO

- 1) Você trabalha com alunos que têm deficiência? Quantos e quais tipos deficiência?
- 2) Como você desenvolve seu trabalho com os alunos inclusos?
- 3) Que recursos utiliza para possibilitar e facilitar a aprendizagem?
- 4) Você utiliza avaliação diferenciada?
- 5) E o tratamento, é diferenciado? Por quê?
- 6) Como é o relacionamento desses alunos com a turma?
- 7) Como a direção e a coordenação potencializam o trabalho do professor em sala de aula? Que recursos utiliza? Como estão sendo os resultados?
- 8) Existem especialistas que auxiliam o professor? Como é feito esse auxílio?

III. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DOCENTE

- 9) Você se considera preparada para desenvolver um trabalho pedagógico inclusivo? Explique.
- 10) Você participa ou participou de cursos de formação continuada dentro da área de inclusão? Quem oferece as formações na área da inclusão?
- 11) Quando foi a sua última formação na área da inclusão?

IV. PRINCIPAIS DIFICULDADES E DESAFIOS NO TRABALHO INCLUSIVO

- 12) Você considera a escola preparada para atender as crianças especiais dentro da perspectiva da inclusão?

13) O que a escola precisa melhorar, a curto e médio prazo, para atender aos alunos com deficiência e para construir uma escola verdadeiramente inclusiva?

14) Quais são os benefícios que a inclusão propicia a escola?

V. EXPECTATIVAS QUANTO AO TRABALHO INCLUSIVO

15) Você acredita que a inclusão seja a forma adequada de atender os alunos com necessidades educativas especiais?

- Se **não** qual seria a alternativa?
- Se **sim**, qual seria o modelo necessário ou ideal?

16) Quais as maiores dificuldades que você encontra no processo de inclusão?

17) Essas foram às últimas perguntas da entrevista. Você gostaria de acrescentar ou falar de alguma questão que não foi abordada?